

1019 ECONOMIA CIRCULAR E OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A ILHA DE PRÍNCIPE**Alda Matos¹, Daniel Silvestre²**¹ aldamatos@gmail.com, Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal.² dsilvestre@autonoma.pt, Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal.**RESUMO**

O desenvolvimento sustentável visa atender as necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade de as gerações poderem fazer o mesmo. Atingir tal meta de desenvolvimento é difícil em territórios onde atualmente as necessidades essenciais de um vasto número de pessoas não são satisfeitas. A população do Príncipe é de cerca de 7.000 habitantes e a pobreza atinge 69% (FMI, 2013). As pessoas vivem na zona de transição da Reserva da Biosfera e as principais atividades são a agricultura e a pesca. A Natureza e as praias têm sido o cartão-de-visita promocional para o ecoturismo numa economia circular com foco na ecologia e na preservação ambiental. O Príncipe ocupa uma posição secundária em relação à ilha principal de São Tomé porque não existem ligações aéreas regulares entre as duas ilhas ou qualquer transporte internacional para a ilha do Príncipe. A baixa percepção internacional do valor e dos recursos do Príncipe penaliza a atratividade externa do turismo e do investimento. Neste artigo consideramos que a Natureza, o ecoturismo e os produtos biológicos associados ao turismo cultural podem ser a base de criação de emprego para aliviar a pobreza na ilha. A marca "Príncipe" poderia aumentar a percepção internacional do valor e dos recursos do Príncipe e aumentar sua atratividade externa para turistas e investidores, mas o desafio de criar a marca pertence às autoridades locais e outras partes interessadas.

Palavras-chave: *Desenvolvimento Sustentável, economia circular, ecoturismo, Ilha do Príncipe, Reserva da Biosfera.*

CIRCULAR ECONOMY AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS: THE PRÍNCIPE ISLAND**ABSTRACT**

Sustainable development aims to meet the needs of present generations without compromising the ability of generations to do the same. Achieving such a development goal is difficult in territories where today the essential needs of a vast number of people are not met. The population of the Prince is about 7,000 inhabitants and poverty reaches 69% (IMF, 2013). People live in the transition zone of the Biosphere Reserve and the main activities are agriculture and fishing. Nature and beaches have been the promotional business card for ecotourism in a circular economy focused on ecology and environmental preservation. The Prince occupies a secondary position in relation to the main island of São Tomé because there are no regular air links between the two islands or any international transport to Príncipe Island. The low international perception of Príncipe's value and resources penalizes the external attractiveness of tourism and investment. In this article we consider that nature, ecotourism and biological products associated with cultural tourism can be the basis of job creation to alleviate poverty on the island. The Príncipe brand could increase the international perception of the Island's value and resources and its external attractiveness to tourists and investors yet the challenge of creating the brand belongs to local authorities and other stakeholders.

Keywords: *Biosphere Reserve, circular economy, ecotourism, Príncipe Island brand, Sustainable development.*

1 INTRODUÇÃO

O Príncipe é uma das três ilhas vulcânicas do Golfo da Guiné, com 31 milhões de anos, e é parte integrante do *hotspot* de biodiversidade das florestas tropicais da África Ocidental. Os valores biológicos das ilhas de São Tomé e do Príncipe foram descritos e conduziram à sua inclusão nos 218 Endemic Bird Area (EBA) em todo o mundo (Martin Dallimer & King, 2008; Jones, P., Tye, 2006; Stattersfield, A., Crosby, M., Long & Wege, 1998;).

A ilha é uma das 669 Reservas da Biosfera do Mundo (UNESCO, 2018), integrada na Rede Mundial de Ilhas e Reservas da Biosfera da Zona Costeira (Abreu, 2012). A Reserva inclui a ilha do Príncipe, algumas ilhotas desabitadas e as áreas marinhas adjacentes que representam 80% da área total (Dias, 2017) e tem grande interesse para a conservação da diversidade biológica global pelo número elevado de espécies endógenas e por ser uma zona de reprodução de tartarugas marinhas, aves marinhas, cetáceos e espécies dos recifes de corais. A espécie Sada, em vias de extinção a nível mundial, encontrou acolhimento e possibilidade de reprodução na ilha do Príncipe (Téla Nón, 2014).

Tal como acontece noutros territórios insulares em desenvolvimento, no Príncipe não foram implementados processos de economia linear característicos dos países desenvolvidos. O modelo produtivo da ilha é muito próximo da Natureza, com produção de cacau e agricultura de subsistência, pesca e algum ecoturismo mas 69% da população local é pobre. A exploração e conservação da biodiversidade, a agricultura biológica e o desenvolvimento do ecoturismo são fontes de riqueza potencial em expectativa. O cacau biológico tem qualidade reconhecida no mercado internacional e já tem canais de distribuição específicos a preços de venda mais elevados que o restante cacau. Faltam as infraestruturas de base que permitam a circulação eficiente no arquipélago e a ligação do território ao contexto internacional.

Ser uma Reserva da Biosfera classificada pela UNESCO é um ativo não financeiro essencial do Príncipe que urge preservar a par da preocupação de aliviar a pobreza. Neste contexto coloca-se a questão das vantagens de implementar a economia circular no Príncipe, considerando que esta assenta na extensão da vida útil dos bens, na reutilização dos produtos e na prevenção de resíduos, com padrões de produção, uso e reciclagem que favorecem as actividades económicas de territórios apostados na defesa da ecologia e na preservação do ambiente (Stahel & Reday-Mulvey, 1981), como é o caso do Príncipe.

O isolamento geográfico do Príncipe tem dificultado o reconhecimento internacional da Ilha, da genuinidade da sua Natureza e dos seus produtos biológicos. Coloca-se a questão da criação da Marca Príncipe que divulgue a Ilha ao exterior e potencie a sua ligação ao resto do Mundo, mantendo a perspectiva de que esse processo exige um esforço estratégico e conjugado das entidades governamentais e dos *stakeholders* locais.

O objetivo desta comunicação é analisar a combinação possível de medidas enquadradas na lógica de desenvolvimento sustentável que possam aliviar a pobreza da população local que mantém uma filosofia de vida própria – “*Leve-Leve*” – de tudo fazer sem pressa nem atropelo, ao ritmo da natureza e do calor do Equador.

Após esta Introdução seguem-se três partes: na primeira formula-se a problemática em análise e apontam-se alguns pontos fracos e pontos fortes subjacentes a uma estratégia hipotética. Segue-se a revisão de literatura sobre economia linear e economia circular tendo subjacente a conservação da natureza e do alívio da pobreza. Em terceiro lugar referem-se alguns projectos de ecoturismo em curso no Príncipe e produtos que poderiam ser desenvolvidos para atrair nichos de turismo de luxo (rotas do cacau, do chocolate, do peixe), numa ótica de conservação da natureza e de aumento dos rendimentos da população. Abordam-se também algumas vertentes da criação da marca Príncipe tendo sempre subjacente que o desafio da sua criação pertence às autoridades locais e outras partes interessadas. A finalizar referem-se algumas conclusões e trabalho futuro.

2 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Reserva da Biosfera é um ativo não financeiro essencial da ilha do Príncipe com três zonas (UNESCO, 2018):

- *Área central* que é um ecossistema estritamente protegido de conservação de paisagens, ecossistemas e espécies;
- *Área de amortecimento* que limita a área central e onde podem ser desenvolvidas atividades compatíveis com práticas ecológicas corretas para a pesquisa científica, monitorização e educação ambiental;
- *Área de transição* onde se localizam as atividades de desenvolvimento humano e podem instalar-se os empreendimentos de ecoturismo.

A sul e oeste da ilha permanecem áreas significativas de floresta primária, que incluem as encostas da área central montanhosa (M. Dallimer, King, & Atkinson, 2009). A norte situa-se a área de transição, mais plana, habitat da população local e das atividades produtivas. A biodiversidade é um bem precioso que pode eventualmente facilitar o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza.

O desafio consiste em estabelecer o modo de conjugar as interações humanas com a natureza, em paisagens das quais as pessoas são parte (Brockington, Igoe, & Schmidt-Soltau, 2006), tendo em consideração que 69% da população local é pobre (FMI, 2014) e depende do oceano para pescar e da floresta para todo o resto. Na prática muitos habitantes vivem da combinação de peixe abundante e da cultura de vegetais e frutas tropicais num solo rico (Scott Dunn, 2018). O Príncipe tem falta de infraestruturas de circulação no arquipélago e de ligação ao resto do Mundo que os países desenvolvidos construíram no século passado. A ilha fez muito pouco do percurso de desenvolvimento característico da economia linear e permaneceu preservada da devastação dos recursos naturais e da proliferação de desperdícios e poluição, características das economias industrializadas. Este território com 136 km² de superfície terrestre enfrenta o desafio do desenvolvimento sustentável com um leque de pontos fracos e de pontos fortes:

- *Pontos fracos*
 - Duplo isolamento geográfico (face à ilha de São Tomé e ao Mundo);
 - Falta de infraestruturas que facilitem a mobilidade no arquipélago e a ligação internacional;
 - Baixa percepção internacional do valor e dos recursos do Príncipe que penaliza a atratividade externa do investimento (Essentia Consultores, 2012);
 - Baixo reconhecimento internacional apesar de a singularidade do Príncipe ser referida em algumas publicações internacionais (Wrathall, 2018);
 - Falta de estrutura produtiva;
 - Pobreza de 69% da população.
- *Pontos fortes*
 - Classificação de Reserva da Biosfera pela UNESCO;
 - População amigável e coesa que vive ao ritmo da natureza ("Leve-Leve");
 - Reconhecimento da beleza das praias para o ecoturismo;
 - Capacidade de cultivar cacau e outros produtos biológicos, e produzir chocolate de reconhecida qualidade internacional.

A *Estratégia possível* pode congrega um conjunto de vertentes:

- Apostar no desenvolvimento dos projetos turísticos com espaços já concessionados a investidores privados;
- Criar a marca "Príncipe" para dar reconhecimento internacional às virtualidades da ilha e atrair nichos de clientela turística de poder de compra elevado;
- Desenvolver produtos turísticos para os nichos de clientela de rendimento elevado – rota do cacau e do chocolate e/ou do chocolate e do café; festival gastronómico do peixe; rota das "roças" e outros;
- Incentivar a pesquisa na Reserva da Biosfera (terrestre e marina) com a promoção de um Centro de Ciência financiado por entidades internacionais;
- Manter a preservação do ambiente com padrões de prevenção de resíduos e de tratamento útil dos desperdícios.

As paisagens terrestres, os recursos marinhos e os produtos biológicos são um cartão-de-visita promocional para o ecoturismo em economia circular, com foco na ecologia e na preservação ambiental. A Natureza, o cacau orgânico e o ecoturismo são base de um conjunto singular de oportunidades relevantes a considerar no processo de criação da marca "Príncipe" que traga o reconhecimento internacional de prestígio da ilha, com uma Reserva da Biosfera da UNESCO. No entanto, consideramos que o desafio de criar a marca pertence às autoridades locais e outras partes interessadas.

3 REVISÃO DA LITERATURA

O conceito de desenvolvimento sustentável é um desenvolvimento que atende às necessidades das gerações presentes sem omitir a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas próprias necessidades; (o desenvolvimento sustentável) requer a satisfação das necessidades básicas e a oportunidade de realizar as aspirações de uma vida melhor com as limitações impostas pelo estado da tecnologia, da organização social, pelos recursos ambientais e a capacidade da biosfera de absorver os efeitos das atividades (G.-Brundtland, 1987, p.16, parágrafo 27). A tecnologia e a organização social podem ser geridas e aprimoradas mas as estratégias atuais para alcançar as metas de sustentabilidade têm por base o sistema de produção linear ainda que focadas na redução de impactos no sistema ambiental (McDonough, W., Braungart, 2013).

3.1 Economia linear

A designação economia linear é referida por teóricos e entidades públicas para enquadrar o modelo antónimo da economia circular.

A economia linear foi estabelecida com a revolução industrial, assenta num modelo em que as empresas extraem os recursos naturais e com uso de trabalho e energia fabricam produtos que o consumidor final adquire e descarta quando já não servem o seu propósito de utilizador. Neste modelo não há ênfase na partilha do uso, na restauração ou na recuperação final de componentes do produto, e o padrão tem seguinte sequência seguinte:

- (a) Produzir e adquirir matérias-primas essenciais para a produção;
- (b) Usar as matérias-primas, trabalho e energia para produzir produtos;
- € Criar marca, comercializar e vender produtos;
- (d) Usar os produtos enquanto servem a utilidade do consumidor;
- € Descartar o produto como resíduo.

Nas três primeiras etapas é adicionado valor aos produtos e o preço de mercado condiciona a disposição dos compradores em pagarem para possuir e usar o produto. Na última etapa € o valor económico dos produtos é nulo, ou até negativo caso o tratamento de resíduos seja pago (Heijden, Coenen, & Riel, 2017, p.15). Neste modelo o desperdício de recursos é evidenciado ainda pelo desemprego elevado e o afastamento precoce da produção de camadas significativas da população ativa. Nos últimos dois séculos os ecossistemas que sustentam e melhoram o bem-estar humano foram sobre-usados: o *Millennium Ecosystem Assessment* avaliou 24 ecossistemas e encontrou 15 deles degradados ou usados de forma insustentável (Millennium Ecosystem Assessment, 2005). Ou seja, a humanidade extrai mais do que os ecossistemas podem fornecer de forma sustentável e a melhoria no bem-estar humano não é sustentável indefinidamente. As alterações climáticas e o buraco do ozono são evidências fortes de que os processos químicos, físicos e biológicos que têm sido utilizados alteram o funcionamento do Sistema Terrestre (Veloso, 2013).

Outro factor de relevo contra o modelo de economia linear é o comportamento dos preços reais dos recursos naturais, cujo aumento desde o início do milénio compensou as descidas de preços reais que ocorreram em todo o século XX (McKinsey, 2013). Nesta última década, a volatilidade de preços dos produtos agrícolas, das matérias-primas e dos metais foi maior que em qualquer década do século passado (Ellen MacArthur Foundation, 2013, pg 6). Com o aumento da população mundial e dos níveis de bem-estar disparou o consumo de energia e de matérias-primas produzidas e consumidas. Em consequência, crescem os conflitos pela posse de recursos naturais, cada vez mais escassos, e é colossal a quantidade de resíduos para tratar. Estudos recentes indicam que as cidades do mundo geram cerca de 1,3 mil milhões de toneladas de resíduos sólidos por ano, prevendo-se que aumente para 2,2 mil milhões até 2025, com a subida do custo de tratamento anual estimado de US \$ 205,4 mil milhões para US \$ 375,5 mil milhões em 2025 (Hoornweg & Bhada-Tata, 2012, p. 101).

O contexto descrito põe em evidência a insustentabilidade dos padrões de consumo e de desperdício da economia linear e torna consensual a necessidade de um modelo industrial alternativo, que não esgote os recursos disponíveis e seja mais amigo do ambiente. A abordagem circular pretende alcançar o desenvolvimento sustentável e produzir benefícios com a alteração dos sistemas económicos, socioculturais e ambientais (Nocca, 2017).

3.2 Economia circular

O conceito de economia em ciclos (economia circular) remonta aos anos 70 do século XX, quando o 1º choque petrolífero tornou evidente a necessidade de encontrar um modelo produtivo alternativo, menos consumidor de recursos não-renováveis e menos desperdício.

O termo “Economia Circular” tem sido associado a uma série de significados e associações, por diferentes autores, que têm em comum o conceito de sistema de ciclo fechado (Murray, Skene, & Haynes, 2017), fundamentado no estudo de sistemas não lineares, particularmente os vivos, em que a otimização incide sobre os sistemas, em vez das suas componentes. Os produtos são conceptualizados do “berço ao berço” (*cradle to cradle*) e os fluxos de materiais de duas espécies: nutrientes biológicos concebidos para reentrarem na biosfera em segurança e construir capital natural; nutrientes técnicos projetados para circular em alta qualidade sem entrar na biosfera (McDonough, W., Braungart, 2013). O conceito de “cradle-to-cradle” visa também reparar os danos anteriores, através de uma indústria que opere sem impacto sobre o meio ambiente por ser livre de desperdícios (McDonough & Braungart, 2002). Neste padrão o trabalho assume maior papel no processo económico e os recursos naturais são o suporte de um processo continuado de inovação na produção.

Em breve, a economia circular engloba os conceitos de desperdício zero, ciclo fechado, eficiência de recursos, evicção de resíduos, reutilização e reciclagem, num ideal alcançar de mundo praticamente sem desperdício, com uma atitude responsável em relação a recursos, materiais, produtos e ambiente (Wilts, 2017, p.39).

Na última década tem-se intensificado o debate sobre a necessidade de mudar os processos económicos tradicionais dominantes da economia linear para uma “economia circular”, defendida por teóricos e instituições (Ellen MacArthur Foundation, 2015; European Commission, 2015; Murray et al., 2017 e outros). A transição far-se-á então do sistema linear de extrair/produzir/consumir/descartar produtos para um sistema circular de produzir/usar/reutilizar num alinhamento mais próximo dos padrões da Natureza, com reincorporação de resíduos recuperados na cadeia produtiva, que tornam possível uma gestão mais eficiente de resíduos e de recursos naturais (Heijden et al., 2017). O sucesso vai depender do desenvolvimento de negócios inovadores e lucrativos, com produtos adequados às necessidades dos consumidores, que sejam reutilizáveis e geradores de menos resíduos. A mudança de paradigma para a economia circular pode tornar-se um motor de inovação, com benefícios a longo prazo, mas à partida pode haver um padrão de “destruição criativa” com vencedores e perdedores (Ellen MacArthur Foundation, 2013, pg. 82).

No entanto, a aceitação do modelo circular enfrenta resistências e os sinais da evolução dos preços podem não ser suficientemente fortes e extensos para impulsionar a mudança. Além disso, o modelo de economia circular não é isento de crítica pela ausência de dimensão social.

A sustentabilidade assenta em três pilares – económico, ambiental e social -, por vezes em tensão entre si, como acontece com os pilares económico e do ambiente (Gray, R.; Adams, C.; Owen, 2014). O conceito de desenvolvimento sustentável prevê alguma equidade intergeracional entre gerações presentes e futuras e, em sentido lato, entre diferentes povos da geração atual, desenvolvidos e em

desenvolvimento (Murray et al., 2017, p. 22). A equidade e a justiça social podem ser consideradas o coração do conceito de sustentabilidade e um futuro sustentável exige um pensamento baseado em sistemas que envolvam, em igual medida, a sociedade, o meio ambiente e a economia (Haynes, K., & Murray, 2015). É necessário avaliar a economia circular como um modelo económico em que a obtenção e aquisição de recursos, a produção, a distribuição e a recuperação dos produtos sejam projetados e geridos tendo em vista maximizar o funcionamento do ecossistema e o bem-estar humano. O realinhamento das práticas económicas e de gestão dos modelos ecológicos e sociais, adequadamente formulados, podem contribuir positivamente para o desenvolvimento de práticas comerciais éticas e sustentáveis. A mudança estrutural entre sistemas implica muitos passos pequenos suscetíveis de resistências diversas pelo facto de as perspectivas teóricas sobre os benefícios de uma economia circular para um desenvolvimento mais sustentável parecerem insuficientes para uma transição em larga escala (Murray et al., 2017).

4 DISCUSSÃO

É consensual que as economias em desenvolvimento não poderão compartilhar o nível de vida do mundo desenvolvido, e assegurarem o mesmo para as gerações futuras, se não mudarmos drasticamente a forma como administramos a economia global (Ellen MacArthur Foundation, 2013, pg 2). A título de exemplo, nos países desenvolvidos mais de 40% das perdas alimentares ocorre nos estádios de distribuição e no consumidor e nos países em desenvolvimento um nível de perdas equivalente ocorre na pós-colheita e processamento, o que fragiliza sobremaneira o seu processo de distribuição e de consumo (Ellen MacArthur Foundation, 2015). Um exemplo significativo para o Príncipe ocorreu em 2015 com o bloqueio aéreo à exportação do chocolate santomense, produzido principalmente com o cacau da ilha do Príncipe, com impacto grave na economia do arquipélago e na sobrevivência dos produtores de cacau na ilha do Príncipe (Téla Nón, 2015). Atendendo à precaridade dos processos de escoamento da produção é mais difícil para os países em desenvolvimento alcançarem padrões de desenvolvimento sustentável, em qualquer dos padrões económicos.

Há medida que as atividades humanas se desenvolvem na ilha, o território não fica imune aos efeitos da poluição. Em 2013 foi lançada uma campanha de troca de 50 garrafas de plástico de qualquer tamanho pela nova garrafa biosfera Príncipe, com o propósito de declarar ilha livre de plástico no horizonte de 5 anos (Téla Nón, 2013). O sucesso da campanha manifestou-se na recolha de garrafas de plástico, na entrega de garrafas da Biosfera (Gomes, 2017) e na utilização do plástico para fabrico de materiais de construção alternativos ao tijolo.

A abordagem da Economia Circular não é isenta de crítica porque atividades aparentemente sustentáveis têm resultados ambientais muito negativos.



Nota: No mapa a linha verde assinala o limite do Parque Natural Obô (São Tomé) e a vermelha assinala-se a área de floresta que foi cortada. *Fonte:* (João Pedro Pio, 2012)

Em São Tomé foram desmatados 5.000 hectares de floresta tropical para plantar palmeiras de óleo e não se conhece qualquer estudo de impacto ambiental num habitat de aves endémicas, raras e ameaçadas como a Íbis (ou Galinhola – *Bostrychia bocagei*), (João Pedro Pio, 2012). A ideia aparentemente muito ecológica de substituir o combustível fóssil por combustível verde teve efeitos muito devastadores sobre os ecossistemas de alguns países em desenvolvimento e colocou uma enorme pressão sobre a produção nos países pobres (Awokuse & Xie, 2015). À época o governo regional do Príncipe recusou a plantação de uma área dessas palmeiras no seu território.

4.1 Ecoturismo

O ecoturismo é considerado um dos principais motores da economia local, a desenvolver padrões aceitáveis pela UNESCO no âmbito da classificação de Reserva da Biosfera, conforme inscrito no Plano Estratégico de Desenvolvimento do Príncipe (Essentia Consultores, 2012). Os investidores locais estão cientes deste desígnio e, a título de exemplo, cita-se a certificação do hotel Bom Bom Island Resort de Turismo Responsável da Biosfera, a primeira atribuída a uma infraestrutura hoteleira em África pelo *Instituto f Responsible Tourism* (ISSUU, 2014).

Segundo o *World Travel & Tourism Council* entre 2010 e 2016 vários países tiveram um crescimento importante nas exportações associadas ao número de visitantes (World Travel & Tourism Council, 2018); o arquipélago de São Tomé e Príncipe figura na 5^a posição, com um aumento de 30,1%, visível no número de chegadas de turistas que atingiu a média de 50.000 visitantes por ano (Scowsill & Turner, 2017). Nesta evolução do país, o Príncipe beneficia muito menos das receitas do turismo do arquipélago devido à sua posição secundária em relação à ilha de São Tomé, por não haver ligações aéreas regulares entre as duas ilhas ou qualquer transporte internacional para o Príncipe. Acresce que o Banco Mundial estima que 55% das receitas brutas do turismo voltam para os países desenvolvidos, na forma de lucros repatriados, custos de publicidade e pagamentos para importações relacionadas com o turismo (Frueh, 1988) e só 45% remanescentes ficam no país visitado.

Não é expectável o desenvolvimento do turismo de massas no Príncipe devido ao isolamento geográfico insular e à dimensão limitada da zona de *transição terrestre da Reserva da Biosfera* (6.498,51 hectares) e norte da ilha, onde vive a população e podem instalar-se equipamentos turísticos ecologicamente sustentáveis (UNESCO, 2012).

A *Here Be Dragons Príncipe* é o maior investidor privado, com interesses na agricultura e no turismo, com direitos de propriedade ou de concessão de longo prazo, renováveis em vários locais da ilha, designadamente a Roça Sundry, o Resort Bom Bom e o spa eco hotel Paciência. As unidades hoteleiras de luxo em funcionamento e outras previstas para algumas das melhores praias da ilha (Macaco, Boi, Uba e Santana / Fortaleza) e os serviços associados tendem a aumentar o emprego dos habitantes locais e o seu rendimento mas, a proibição de acesso da população a algumas praias podem vir a criar enclaves turísticos indesejáveis (Brohman, 1996).

Há estabelecimentos de menor dimensão, situados sobretudo na cidade de Santo António (capital da ilha), geridos por habitantes locais ("Palhota", "D & D", "Arca de Noé" e outras) algumas com serviço de reservas *on line*. Os pontos de restauração são boas oportunidades de auto-emprego como é o caso de um pequeno hotel rural perto da praia do Abade, no leste da ilha. O estabelecimento de novos empreendimentos e a gestão dos atuais podem seguir os princípios da economia circular com utilização de bens locais, quando disponíveis, em substituição de produtos importados, com boa gestão de resíduos.

4.2 Produções biológicas e rotas turísticas

A par das belas praias e das paisagens equatoriais são necessários produtos turísticos adicionais capazes de atrair um turismo de luxo (Davenport & Davenport, 2006).

A exploração de cacau biológico no arquipélago de São Tomé e Príncipe começou em 2005 através da cooperativa de exportação do cacau biológico (CECAB), com a assistência técnica da sociedade francesa (KAOKA) que ajudou a introduzir a cultura e compra toda a produção, para o fabrico de chocolate biológico em França. À época e no arquipélago reunia 11 associações que congregavam 400 pequenos agricultores a exportarem de 67 toneladas de cacau biológico. Dez anos depois a Cooperativa já congregava 36 associações, envolvendo 2.200 famílias de agricultores e a exportação de 1.000 toneladas de cacau biológico. Os agricultores que não produzem cacau biológico têm um rendimento por quilo de 6 mil dobras (0,25 €) que compara com 34 mil dobras (1,39 €) por quilo do cacau biológico (Lima, 2017). Em 2015 a CECAB retirou-se do Príncipe e Cláudio Corallo, que explora a roça Terreiro Velho, voltou a ser o único comprador de cacau na Região Autónoma do Príncipe, num negócio que envolve 1.500 famílias (Téla Nón, 2015). Há décadas que é reconhecida a experiência individual de Cláudio Corallo, que tem plantações de cacau e café em associação com agricultores locais e, por um cuidadoso processo de produção manual, faz o seu chocolate premiado internacionalmente (Cláudio Corallo, 2018).

A fileira do cacau biológico e a produção de chocolate podem tornar-se um produto interessante para o turismo cultural, de distinção, por ser um nicho de mercado que atrai consumidores e produtores em busca de experiências diferentes, com novos sabores e preparações exóticas (Camacho-Gómez, 2016; Mitchell & Mitchell, 2001; Richards Greg, 2011). O negócio do chocolate pode incluir passeios onde os visitantes experimentam a história e o significado histórico das antigas plantações coloniais, seguidos de demonstrações de processamento de cacau e chocolate, com degustação de produtos.

A diversidade de peixes e a riqueza marinha favorecem a promoção de eventos culinários insulares para celebrar a comida local, a herança de habilidades e modos de vida para fomentar o turismo alimentar como acontece em países da África continental (Shyllon, 2007).

A rota do património construído da era colonial, com as construções portuguesas do século XVII – Forte de Santo António da Ponta da Mina, a igreja de Nossa Senhora da Conceição, a fonte da Praça Marcelo da Veiga, o Monumento dos Descobrimentos – e as roças, são património que perpetua a identidade do território (Abreu, 2012) (Throsby, 2016) (Duxbury, Hosagrahar, & Pascual, 2016).

4.3 A Marca Príncipe

Segundo (Kapferer, 2012) construir uma marca não é colocar um rótulo ou nome num produto. É antes de mais apetrechar-se com a vontade e os meios de uma verdadeira abordagem de marketing. O modelo de triângulo ou modelo dos três pilares integra a marca na estratégia de marketing (Lencastre & Côte-Real, 2007).



Fonte: http://www.portugalglobal.pt/PT/geral/PaginasOcultas/Conhecimento/Documents/DOCs%202012/ApresentacaoEGP_UPBS.pdf

No modelo dos três pilares e coerentemente com o processo de marketing, a estratégia deve ser construída a partir do pilar dos interpretantes, devendo o pilar dos sinais e o pilar dos objectos contribuir para a sua concretização. Continuando a citar Paulo Lencastre (Lencastre & Côte-Real, 2007), o valor de uma marca resulta da sua capacidade de conquistar um lugar de destaque na mente dos seus públicos-alvo que permita a concretização de uma resposta cognitiva, afectiva e comportamental favorável e consistente no tempo.

É relevante que a Marca assente num ciclo de desenvolvimento de “Economia Sustentável”, com base nos pilares de liberdade, justiça, igualdade e cooperação e na cadeia de valores da ilha que tem subjacente a relação Natureza/Ser Humano (Leve-Leve) (Essentia Consultores, 2012). Que a marca seja um sinal que identifique a ilha do Príncipe no mercado internacional e a distinga de outras e que entre os factores de diferenciação se incluam a Natureza e o património adquirido:

- Os valores biológicos descritos da Natureza que conduziram à inclusão da ilha nos 218 Endemic Bird Area em todo o mundo (Martin Dallimer & King, 2008; Jones, P., Tye, 2006; Stattersfield, A., Crosby, M., Long & Wege, 1998), com uma taxa de endemismo de 9,9% (Alves, 2009);
- A distinção de Turismo Responsável da Biosfera (Bom Bom Island Resort), atribuída em 2014 à primeira infraestrutura hoteleira em África (ISSUU, 2014);
- O cacau biológico usado no fabrico de chocolate de renome internacional como um dos melhores do mundo;
- A filosofia de vida própria dos habitantes locais “Leve-Leve”, de tudo fazer sem pressa nem atropelo, ao ritmo da Natureza e do calor do Equador.

Os profissionais de marketing desenvolvem campanhas promocionais que enfatizam a personalidade distinta do destino turístico e (eventualmente) consideram (estas e outras) componentes para criar uma imagem favorável (Hosany, Ekinci, & Uysal, 2006).

No essencial, que haja consenso e envolvimento da sociedade civil para que a promoção internacional da marca Príncipe possa contribuir para o aumento do reconhecimento da ilha, em termos do turismo sustentável e da atração de investimento, com o objetivo final de adicionar valor acrescentado à economia insular e contribuir para a criação de emprego e o alívio da pobreza.

5 CONCLUSÃO

Neste trabalho abordou-se o caso da ilha do Príncipe com as suas características de pequena economia insular, com potencialidades diversas de natureza intocada da Reserva da Biosfera e praias de rara beleza onde 69% dos seus 7.000 habitantes são pobres.

A ilha fez muito pouco do percurso de economia linear de desenvolvimento de infraestruturas de circulação no arquipélago e de ligação ao resto do Mundo, e permanece próxima da economia circular bastante preservada da devastação dos recursos naturais e da proliferação de desperdícios e poluição.

Atualmente o ecoturismo é o principal motor do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Príncipe, com alguns investimentos em áreas concessionadas para resorts de luxo que tendem a criar algum emprego local.

Tendo por base o isolamento geográfico do Príncipe que dificulta o reconhecimento internacional da genuinidade da sua Natureza, das suas gentes e dos seus produtos biológicos, referiram-se alguns aspectos relativos à possibilidade de ser criada uma Marca “Príncipe” para divulgar a Ilha a nível internacional. No entanto, reforça-se que é um processo que cabe às entidades governamentais locais num esforço estratégico conjugado com os *stakeholders* interessados.

Como trabalho futuro perspetivamos realizar um estudo formal de análise do impacto do turismo sobre o desenvolvimento, considerando os indicadores de desenvolvimento humano do PNUD.

REFERENCIAS

- Abreu, A. (2012). Príncipe Island, UNESCO Biosphere Reserve, a tool for the sustainable development. In 2nd Meeting of the World Network of Island and Coastal Biosphere Reserves.
- Alves, R. (2009). Flora de São Tomé e Príncipe - Fauna e Flora - Naturlink. Retrieved June 7, 2018, from <http://naturlink.pt/article.aspx?menuid=2&cid=5837&bl=1&viewall=true>
- Awokuse, T. O., & Xie, R. (2015). Does Agriculture Really Matter for Economic Growth in Developing Countries? Canadian Journal of Agricultural Economics/Revue Canadienne D'agroeconomie, 63(1), 77-99. <https://doi.org/10.1111/cjag.12038>
- Brockington, D., Igoe, J., & Schmidt-Soltan, K. (2006). Conservation, Human Rights, and Poverty Reduction. Conservation Biology, 20(1), 250-252. <https://doi.org/10.1111/j.1523-1739.2006.00335.x>
- Brohman, J. (1996). New directions in tourism for third world development. Annals of Tourism Research, 23(1), 48-70. [https://doi.org/10.1016/0160-7383\(95\)00043-7](https://doi.org/10.1016/0160-7383(95)00043-7)
- Brundtland, G.-. (1987). Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future. Oslo.
- Camacho-Gómez, M. (2016). Chocolate Business in the Hospitality Industry. ECORFAN Journal ECORFAN Journal-Mexico Journal, 7717(17), 7-17.
- Cláudio Corallo. (2018). As 13 melhores imagens em Chocolate from Claudio Corallo no Pinterest | Chocolates, Coisas engraçadas e Palavras. Retrieved April 29, 2018, from <https://www.pinterest.pt/culinarious/chocolate-from-claudio-corallo/>
- Dallimer, M., & King, T. (2008). Habitat preferences of the forest birds on the island of Príncipe, Gulf of Guinea. African Journal of Ecology, 46(3), 258-266. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2028.2007.00891.x>
- Dallimer, M., King, T., & Atkinson, R. J. (2009). Pervasive threats within a protected area: conserving the endemic birds of São Tomé, West Africa. Animal Conservation, 12(3), 209-219. <https://doi.org/10.1111/j.1469-1795.2009.00240.x>
- Davenport, J., & Davenport, J. L. (2006). The impact of tourism and personal leisure transport on coastal environments: A review. Estuarine, Coastal and Shelf Science, 67(1-2), 280-292. <https://doi.org/10.1016/j.ECSS.2005.11.026>
- Duxbury, N., Hosagrahar, J., & Pascual, J. (2016). Why must culture be at the heart of sustainable urban development?
- Ellen MacArthur Foundation. (2015). Growth within: a Circular Economy Vision for a Competitive Europe.
- Essentia Consultores. (2012). Plano de Desenvolvimento Sustentável da ilha do Príncipe.
- European Commission. (2015). Circular Economy.
- Fitzherbert, E. B., Struebig, M. J., Morel, A., Danielsen, F., Brühl, C. A., Donald, P. F., & Phalan, B. (2008). How will oil palm expansion affect biodiversity? Trends in Ecology & Evolution, 23(10), 538-545. <https://doi.org/10.1016/j.TREE.2008.06.012>
- Frueh, S. (1988). Report to WWF on Tourism to Protected Areas.
- Gomes, F. (2017). Ilha do Príncipe por quem lá vive: Estrela Matilde | Alma de Viajante. Retrieved June 5, 2018, from <https://www.almadeviajante.com/viver-na-ilha-do-principe-sao-tome-estrela-matilde/>

- Gray, R.; Adams, C.; Owen, D. (2014). Accountability, social responsibility and sustainability: accounting for society and the environment. (Harlow: Pearson Education, Ed.).
- Haynes, K., & Murray, A. (2015). Sustainability as a lens to explore gender equality: A missed opportunity for responsible management. In M. A. K. Patricia M. Flynn, Kathryn Haynes (Ed.), Integrating Gender Equality into Management Education. (pp. 216–235). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781351285766-12>
- Heijden, R., Coenen, J., & Riel, A. (2017). Transitioning from a linear economy towards a circular economy. In Munjur E. Moula, Jaana Sorvari, & Pekka Oinas (Eds.), Constructing a green circular society. (pp. 14–38).
- Hoornweg, D., & Bhada-Tata, P. (2012). What a Waste : A Global Review of Solid Waste Management.
- Hosany, S., Ekinci, Y., & Uysal, M. (2006). Destination image and destination personality: An application of branding theories to tourism places. Journal of Business Research, 59(5), 638–642. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2006.01.001>
- IMF. (2013). IMF Country Report no14/2, Democratic Republic of São Tomé and Príncipe.
- ISSUU. (2014). Newsletter da Biosfera. Retrieved June 2, 2018, from https://issuu.com/biosfera.principe/docs/biosfera2_29ae054e985ad9
- João Pedro Pio. (2012). São Tomé e Príncipe: Agripalma: A Vergonha de São Tomé. Retrieved June 4, 2018, from <http://saotomeaminhahistoria.blogspot.com/2012/07/agripalma-vergonha-de-sao-tome.html>
- Kapferer, J.-N. (2012). The new strategic brand management : advanced insights and strategic thinking. Kogan Page.
- Lencastre, P., & Côrte-Real, A. (2007). O livro da marca. Publicações Dom Quixote.
- Lima, S. (2017). A CECAB é uma das realizações mais bem sucedidas na área agrícola. Téla Nón.
- McDonough, W., Braungart, M. (2013). Cradle to Cradle.
- McDonough, W., & Braungart, M. (2002). Design for the Triple Top Line: New Tools for Sustainable Commerce. Corporate Environmental Strategy, 9(3), 251–258. [https://doi.org/10.1016/S1066-7938\(02\)00069-6](https://doi.org/10.1016/S1066-7938(02)00069-6)
- McKinsey. (2013). McKinsey Report: Commodities Supercycle Dead? Hardly.
- Millennium Ecosystem Assessment. (2005). Millennium Ecosystem Assessment (MA): Strengthening Capacity to Manage Ecosystems Sustainably for Human Well-Being.
- Miranda, R., Moura, R. (2003). Óleo de dendê, alternativa ao óleo diesel como combustível para geradores de energia em comunidades da Amazônia. Scielo Proceedings.
- Mitchell, M. A., & Mitchell, S. J. (2001). Consumer Experience Tourism. Journal of Food Products Marketing, 6(3), 1–16. https://doi.org/10.1300/J038v06n03_01
- Murray, A., Skene, K., & Haynes, K. (2017). The Circular Economy: An Interdisciplinary Exploration of the Concept and Application in a Global Context. Journal of Business Ethics, 140(3), 369–380. <https://doi.org/10.1007/s10551-015-2693-2>
- Nocca, F. (2017). The Role of Cultural Heritage in Sustainable Development: Multidimensional Indicators as Decision-Making Tool. Sustainability.
- Richards Greg. (2011). Tourism development trajectories: From culture to creativity? Tourism & Management Studies, 6(0), 9–15.
- Scowsill, D., & Turner, R. (2017). Tourism Global Economic Impact & Issues 2017.
- Shyllon, F. (2007). Argungu Fishing Festival in Northwestern Nigeria: Promoting the Idea of a Sustainable Cultural Fest. International Journal of Cultural Property, 14(3), 329–337. <https://doi.org/10.1017/S094073910707021X>
- Stahel, W. R., & Reday-Mulvey, G. (1981). Jobs for tomorrow: the potential for substituting manpower for energy. Vantage Press.
- Stattersfield, A., Crosby, M., Long, A., & Wege, D. (1998). Endemic bird areas of the world : priorities for biodiversity conservation. BirdLife International.
- Téla Nón. (2013). Na ilha do Príncipe PLÁSTICO NÃO! Retrieved June 5, 2018, from <http://www.telanon.info/sociedade/2013/12/04/15116/na-ilha-do-principe-plastico-nao/>
- Téla Nón. (2014). Tartarugas encontram refúgio seguro na ilha do Príncipe – Téla Nón.
- Téla Nón. (2015). Bloqueio aéreo à exportação do chocolate nacional complica a vida dos agricultores do Príncipe. Retrieved June 2, 2018, from <https://www.telanon.info/economia/2015/09/18/20118/bloqueio-aereo-a-exportacao-do-chocolate-nacional-complica-a-vida-dos-agricultores-do-principe/>
- Throsby, D. (2016). Investment in urban heritage conservation in developing countries: Concepts, methods and data. City, Culture and Society, 7(2), 81–86. <https://doi.org/10.1016/j.ccs.2015.11.002>
- UNESCO. (2012). The Island of Príncipe.
- UNESCO. (2018). Biosphere Reserves. Retrieved April 23, 2018, from <http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/ecological-sciences/biosphere-reserves/>
- Veloso, T. S. (2013). Efeito de estufa e camada de ozono: um trabalho de projeto no 1o CEB.
- Wilts, H. (2017). International police trends and practices toward circular economy development. In Munjur E. Moula, Jaana Sorvari, & Pekka Oinas (Eds.), Constructing a green society (pp. 39–61).
- World Travel & Tourism Council. (2018). Travel & Tourism Global Economic Impact & Issues 2017.
- Wrathall, C. (2018). Where to travel in 2018: tropical islands no-one has heard of. Telegraph.